

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.850.237 - DF (2019/0351157-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : WAGNER PACHECO DA SILVA
ADVOGADO : FRANCISCO NUNES DOURADO NETO - DF016386
EMBARGADO : MAXIMIANO SOUZA ARAUJO NETO
ADVOGADO : MAXIMIANO SOUZA ARAÚJO NETO (EM CAUSA PRÓPRIA)
- DF014584

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão por meio da qual dei parcial provimento ao recurso especial, para reconhecer que a responsabilidade entre os requeridos, pelo pagamento dos honorários de sucumbência, é proporcional, e não solidária, tendo em vista a aplicação das regras previstas no Código de Processo Civil de 1973, à hipótese.

Em seu recurso, o embargante apontou a existência de omissão quanto à redistribuição dos ônus de sucumbência, tendo em vista o parcial acolhimento de seu recurso especial.

A parte embargada, regularmente intimada, não apresentou impugnação.

Assim posta a questão, destaco que não se verifica a omissão apontada, devendo-se manter a decisão recorrida por seus próprios fundamentos. Estão ausentes os pressupostos que dariam ensejo à sua oposição: omissão, obscuridade ou contradição.

Com efeito, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pelo embargante, circunstância que não eiva a decisão de nulidade.

Quanto à apontada omissão alegada pela parte, cumpre destacar que o reconhecimento da responsabilidade proporcional pelo pagamento dos honorários de sucumbência não implica em sucumbência da parte credora, não havendo que se cogitar em redistribuição dos ônus de sucumbência.

Verifico, assim, que o embargante pretende, sob o pretexto de existência de omissão, o rejugamento da causa, nos moldes em que cogita. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a

solução do litígio. Eles servem para suprimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

Em face do exposto, rejeito os embargos, nos termos do acima exposto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora